

A person is seen from the side, sitting in a canoe on a wide river. The scene is dimly lit, suggesting dusk or dawn, with a blue and purple color palette. The person is wearing a light-colored shirt and shorts. The background shows a dense forest on the riverbank under a cloudy sky. The water is calm with gentle ripples.

Kanamari e Matsés manejo pesqueiro nos rios Javari e Curuçá

Série estudos socioambientais





Kanamari e Matsés manejo pesqueiro nos rios Javari e Curuçá

Série estudos socioambientais

 O Centro de Trabalho Indigenista (CTI), fundado em 1979, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por profissionais comprometidos com o presente e o futuro dos povos indígenas. Tem como finalidades: contribuir para que os povos indígenas exerçam o controle e a conservação ambiental de suas Terras, garantir o cumprimento de seus direitos constitucionais e apoiar sua afirmação étnica e cultural. Atua em Terras Indígenas situadas nos Biomas Amazônia, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa.

Para saber mais sobre o CTI consulte: <https://trabalhoindigenista.org.br>

CONSELHO ESTRATÉGICO

Andréia Bavaresco (presidência), Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão, Maria Elisa Ladeira, Maria Inês Ladeira, Juliana Noletto e Eliza Castilla

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Jaime Siqueira

Programa Javari

CONSELHO

Conrado Rodrigo Octavio, Hilton Nascimento e Maria Elisa Ladeira

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA JAVARI

Helena Ladeira e Victor Gil

EQUIPE TÉCNICA

Diogo Azanha, Fabrício Camargo, Janekely Reis D'Ávila, Manuella Rodrigues e Thiago Arruda

CONSULTOR TÉCNICO DO MANEJO PESQUEIRO

Saíde Barbosa

APOIO INSTITUCIONAL



Embaixada da Noruega
Brasília

ESCRITÓRIO SÃO PAULO

RUA GENERAL JARDIM 660, SALA 71

BAIRRO: VILA BUARQUE

SÃO PAULO – SP

CEP: 01223-010

ESCRITÓRIO BRASÍLIA

SCLN 210 BLOCO C, SALAS 209/212

BAIRRO: ASA NORTE

BRASÍLIA – DF

CEP: 70862-530

ESCRITÓRIO MARANHÃO

RUA PALMÉRIO DE SOUZA, 485 B

BAIRRO: CENTRO

CAROLINA – MA

CEP: 65980-000

ESCRITÓRIO AMAZONAS

TRAVESSA DA AIURICABA, 05

BAIRRO: COMUNICAÇÕES

TABATINGA – AM

CEP: 69640-000

Kanamari e Matsés manejo pesqueiro nos rios Javari e Curuçá

Série estudos socioambientais

Abril, 2021

CTI | AKAVAJA | OGM

Kanamari e Matsés | manejo e uso dos lagos no médio Javari

Série estudos socioambientais

© Centro de Trabalho Indigenista – CTI/Programa Javari

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Maria Elisa Ladeira

PESQUISA E ORGANIZAÇÃO

Manuella Rodrigues, Victor Gil e Helena Ladeira

EDIÇÃO DE TEXTO

Maria Elisa Ladeira

COLABORAÇÃO

Diogo Azanha, Janekely Reis D'Avila e Thiago Arruda

MAPAS

Diogo Azanha

REVISÃO DE TEXTO

Larissa Lanza

PROJETO GRÁFICO

Renata Alves de Souza | Tipográfico Comunicação

REALIZAÇÃO



PARCERIA



APOIO AO TRABALHO



APOIO AO TRABALHO E À PUBLICAÇÃO



Sumário

Apresentação	6
Os Kanamari e os Matsés no médio Javari	10
O povo Kanamari	12
O povo Matsés	14
A Terra Indígena Vale do Javari	16
O médio rio Javari e o baixo rio Curuçá	18
A iniciativa piloto de manejo dos lagos	22
Levantamento e caracterização dos lagos: identificação dos usuários e mapeamento de conflitos	26
O uso dos lagos pelos não indígenas	28
Vulnerabilidade e ameaça dos recursos	31
O zoneamento dos lagos e a divisão de responsabilidades	32
A proteção e o monitoramento	39
Fortalecimento pela gestão integrada dos lagos	42
Os próximos passos	45
Linha do tempo	48
Atividades de formação complementar para jovens pesquisadores e professores da TI Vale do Javari	50
Levantamentos participativos da biodiversidade da TI Vale do Javari	56
Formação do Agentes Ambientais Indígenas	64
Iniciativas de manejo sustentável de recursos pesqueiros no médio rio Javari e baixo rio Curuçá	66
Fontes de informação / Acervo CTI	78

Apresentação

“Nossa terra é demarcada, será que vamos continuar pescando pirarucu com os invasores e nossos filhos vendo isso?”

Davi Mayuruna, aldeia Flores

“Nós vamos deixar o futuro para eles, mas primeiro nós temos que mostrar interesse.”

Gilmar Mayoruna, cacique da aldeia Lago Grande

Há décadas os lagos da região do médio Javari e baixo Curuçá tem sido alvo de invasões sistemáticas de não indígenas em busca de seus ricos recursos pesqueiros. A demanda do mercado local da tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru) e a falta de oferta de venda regular e sustentável de peixes na região do Alto rio Solimões tem estimulado a ação de invasores na região. Como consequência dessa pressão, as aldeias Kanamari e Matsés situadas na região começaram a sentir os impactos negativos que, em última instância, ameaçam a sua soberania alimentar. A fim de reverter esse quadro, as aldeias deram início ao manejo de seus recursos pesqueiros para coibir as invasões e ao mesmo tempo favorecer a recuperação ambiental dos lagos e a subsistência das aldeias.



Deícimar Mayuruna

A ideia de manejo pesqueiro começou na década de 1980, quando as comunidades ribeirinhas do médio rio Solimões sentiram a perda do seu estoque de peixes e começaram a desenvolver técnicas para a sua recuperação e monitoramento. Há aproximadamente 20 anos essas técnicas começaram a ser implementadas em territórios indígenas, primeiramente com o povo Paumari e em seguida entre os Deni, sendo essas duas experiências indígenas de manejo de recursos pesqueiros as mais bem sucedidas e reconhecidas nacionalmente.

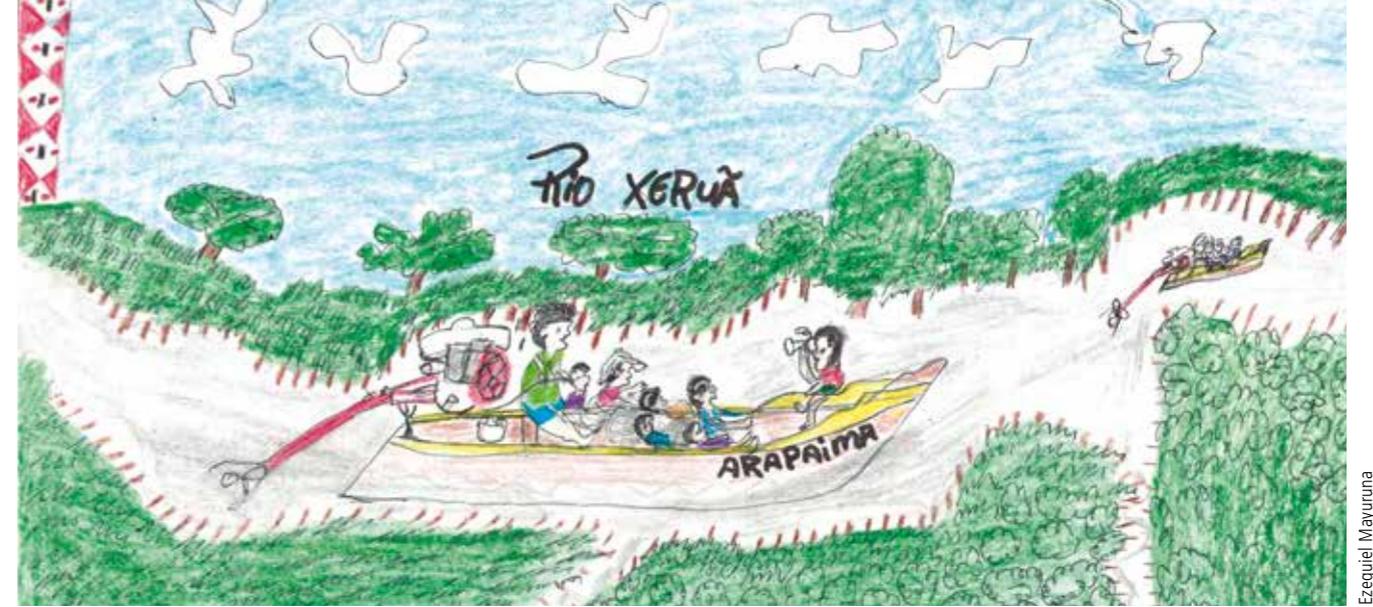
A necessidade de manejo dos lagos existentes entre a extensão do médio rio Javari e baixo rio Curuçá foi apontada como demanda no Plano de Gestão Territorial e Ambiental

da TI Vale do Javari, em 2014¹. A partir de 2017, as aldeias Kanamari e Matsés localizadas no médio rio Javari e baixo Curuçá estabeleceram, com o apoio do CTI, uma estratégia própria para o manejo e conservação de seus recursos pesqueiros. Esta iniciativa envolve a vigilância de seu território contra pescadores ilegais, o fortalecimento de suas organizações comunitárias locais, o planejamento da pesca nos lagos e o monitoramento da recuperação dos estoques pesqueiros.

Em 2017 foram realizados dois diagnósticos participativos junto às sete aldeias Matsés e Kanamari no médio rio Javari e discutidas algumas estratégias possíveis. Com o apoio de um consultor técnico em recursos pesqueiros, Saíde Barbosa, os Kanamari e Matsés consolidaram em 2019 o diagnóstico de que os lagos da região estavam bastante impactados pela exploração irregular e predatória por parte dos não indígenas. Ainda com o apoio do consultor, foram realizadas oficinas com as lideranças e membros das aldeias para definir o zoneamento dos lagos, o monitoramento e estratégias de proteção dos ambientes lacustres, as responsabilidades conjuntas e as ações prioritárias.

Estes primeiros passos resultaram na formalização de um acordo inicial entre as aldeias Matsés e Kanamari para o manejo e conservação dos recursos pesqueiros no curso médio do rio Javari e baixo Curuçá. Por meio da continuidade e do desenvolvimento das ações previstas nesse acordo, os Matsés e os Kanamari esperam assegurar o controle sobre seu território, a conservação de seus recursos ambientais e, conseqüentemente, sua soberania alimentar.

¹ Este compromisso foi reafirmado com a atualização do Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Vale do Javari, em agosto de 2019.



Complementarmente, representantes Kanamari e Matsés fizeram uma visita ao povo Deni no rio Xerua. O povo Deni, com o apoio de seus parceiros, iniciaram o manejo e conservação da pesca há alguns anos, obtendo resultados positivos. Por meio de sua iniciativa, eles reduziram as atividades ilegais em seu território e o monitoramento de seus estoques pesqueiros tem indicado o impacto ecológico positivo da iniciativa. A visita ao povo Deni permitiu aos Kanamari e Matsés a troca de experiências e a discussão das oportunidades e desafios inerentes ao manejo de recursos pesqueiros.

Este livro apresenta parte desse processo, as iniciativas, os diagnósticos, os conhecimentos e as informações que envolveram as discussões que originaram um acordo com novas estratégias de manejo dos lagos da região do médio rio Javari. Esta publicação é dirigida aos Matsés e aos Kanamari, bem como aos demais povos da TI Vale do Javari e outros povos que se encontrem preocupados com a proteção de seus recursos naturais e com a cultura alimentar dos povos amazônicos.

Os Kanamari e os Matsés no médio Javari e Baixo Curuçá



Manuella Rodrigues / Acevo CTI

O povo Kanamari



Hilton Nascimento / Acervo CTI

O Povo Kanamari é falante da família lingüística Katukina e se autodenomina *Tüküna*. Eles somam aproximadamente quatro mil pessoas, distribuídas em aldeias localizadas nos rios Itaquaí, Javari e Jutaí (TI Vale do Javari), Juruá (TI Mawetek e TI Kanamari do rio Juruá) e no rio Japurá (TI Maraã/Urubaxi e TI Paraná do Paricá). Existem, ainda, aldeias Kanamari localizadas fora de Terras Indígenas, como as aldeias Castanhal e Igarapé Preto no rio Jutaí, e a aldeia Bauana no rio Juruá.



Lucinho Kanamary

Os Kanamari tradicionalmente habitavam o médio curso do rio Juruá e as bacias vizinhas, como o rio Jutaí e Itaquaí, por exemplo. Com a invasão de seu território pela frente extrativista da borracha, na segunda metade do século XIX, deram início à expansão de sua ocupação para outros rios. Na primeira metade do século XX, migraram para regiões como o médio Javari e o médio Japurá. A partir dos anos 1970, com a chegada da Funai à região e o avanço no processo de demarcação da TI Vale do Javari, algumas aldeias Kanamari se consolidaram no médio curso do rio Javari.

No médio rio Javari, os Kanamari somam 361 pessoas e ocupam as aldeias Irari, São Luiz, Santo Eusébio e Lago do Tambaqui.

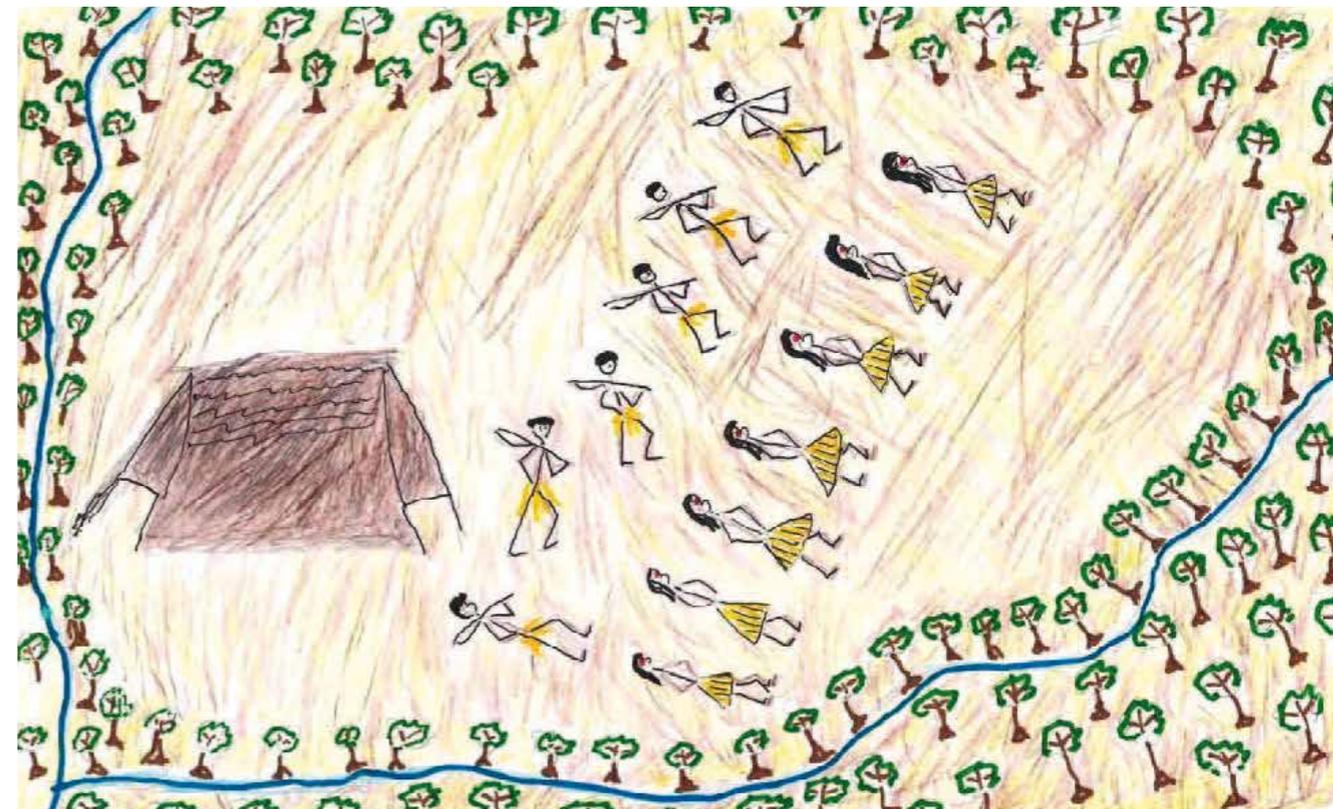
O povo Matsés



Lucas Bonolo / Acervo CTI

Lideranças Matsés da região do rio Jaquirana e Curuçá

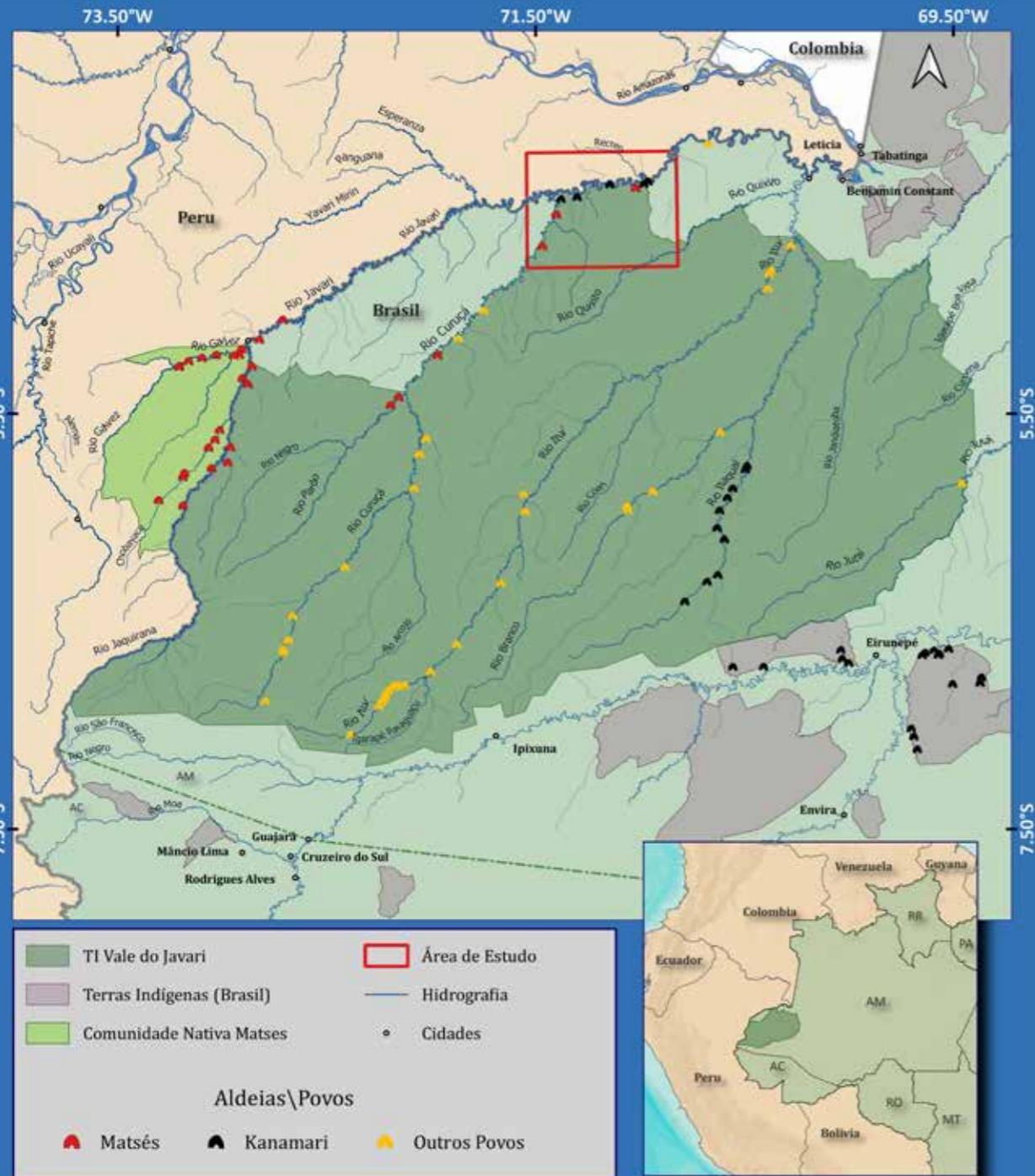
O povo Matsés, conhecido também como Mayoruna, é falante de uma língua Pano. Os Matsés somam cerca de seis mil pessoas, que vivem nos dois lados da fronteira Brasil-Peru. No lado brasileiro, os Matsés ocupam a região dos rios Jaquirana, Pardo, Curuçá e Javari (TI Vale do Javari) e no lado peruano, os rios Chobayacu e Galvez (Comunidad Nativa Matsés).



Os Matsés estabeleceram contato permanente com os não indígenas em 1969. Um pequeno grupo passa a viver junto a missionárias do Instituto Linguístico de Verano (ILV), no rio Jaquirana. Mais tarde, após um conflito interno, uma parte dos Matsés abandonam o rio Jaquirana e passaram ocupar a região do rio Javari. Com a demarcação da TI Vale do Javari, os Matsés consolidam também suas aldeias na região do rio Curuçá e Pardo.

No médio rio Javari e baixo rio Curuçá, os Matsés somam 347 pessoas que vivem nas aldeias Lago Grande, Flores e Fruta Pão.

A Terra Indígena Vale do Javari



A Terra Indígena Vale do Javari localiza-se no estado do Amazonas, na fronteira com o Peru, e compreende 8.544.482 hectares contínuos de florestas tropicais conservadas. A região é conhecida por ter um dos maiores índices de biodiversidade em toda a Amazônia e junto com outras áreas protegidas ao longo da fronteira Brasil-Peru, forma um grande corredor ecológico e cultural com uma área de 16,3 milhões de hectares. Entremeadada pelos rios Javari, Jaquirana, Curuçá, Ituí, Itaquaí, Quixito e pelo alto curso dos rios Jutaí e Jandiatuba, a TI Vale do Javari é a segunda maior Terra Indígena do Brasil, tendo sido demarcada no ano de 2000 e homologada em 2001. Possui uma população total de cerca de 6.200 pessoas, distribuídas em aproximadamente 65 aldeias (CTI/2020), onde vivem cinco povos de língua Pano – como os Matsés (Mayoruna), Marubo, Matis, Korubo e Kulina – e dois povos de língua Katukina – os Kanamari e os Tyohom-dyapa. A TI Vale do Javari abriga também a maior concentração de povos indígenas isolados do mundo.

A região começa a ser impactada na segunda metade do século XIX, quando a bacia do rio Javari passa a ser ocupada por não indígenas para a extração de borracha. A partir de 1920, com o declínio gradual do valor da borracha no mercado internacional, outras atividades econômicas passam a ser desenvolvidas. Ao longo do tempo a extração de madeira ganha força e chega a ser a principal atividade econômica da região entre as décadas de 1970 e 1990. Nesse mesmo período, a exploração de carne de caça, peixes e quelônios da região passam a crescer e serem importantes para o abastecimento dos mercados das cidades da região.

dades nas atividades ilegais na região. A crescente migração para a margem peruana do médio Javari de pessoas vinculadas à “Associação Evangélica da Missão Israelita do Novo Pacto Universal”, mais conhecidas como “israelitas”, tem provocado um forte impacto sobre a exploração ilegal dos recursos naturais, além do impacto cultural sobre as aldeias.

Com a homologação da TI Vale do Javari, em 2001, e a proteção e fiscalização da bacia do rio Javari, quase toda a pressão sobre os recursos pesqueiros se voltou para o único grande rio ainda acessível e de trânsito livre: o rio Javari. Além de importante para o abastecimento dos mercados das cidades locais, a pesca na região constitui-se como uma das únicas fontes de renda para moradores das comunidades ribeirinhas locais. O interesse nos recursos pesqueiros dos lagos da região do médio rio Javari e baixo Curuçá se intensifica cada vez mais à medida que os estoques pesqueiros da região do Alto Solimões pouco a pouco se esgotam pela exploração predatória.

Altamente vulnerável, a região já teve diferentes estratégias de proteção. A partir dos anos 1970, com a chegada da Funai, e durante os anos seguintes, com o andamento do processo de demarcação da TI Vale do Javari, aldeias Kanamari e Matsés passaram a se consolidar na região do médio rio Javari, no limite leste da TI, com a proposta de proteger os lagos e demais recursos da ação ilícita de invasores e pescadores. Mais recentemente, na década de 2010, foi instalada uma Base de Proteção e Fiscalização da Funai na confluência dos rios Javari e Curuçá, na tentativa de coibir a depredação dos recursos naturais da região por invasores.



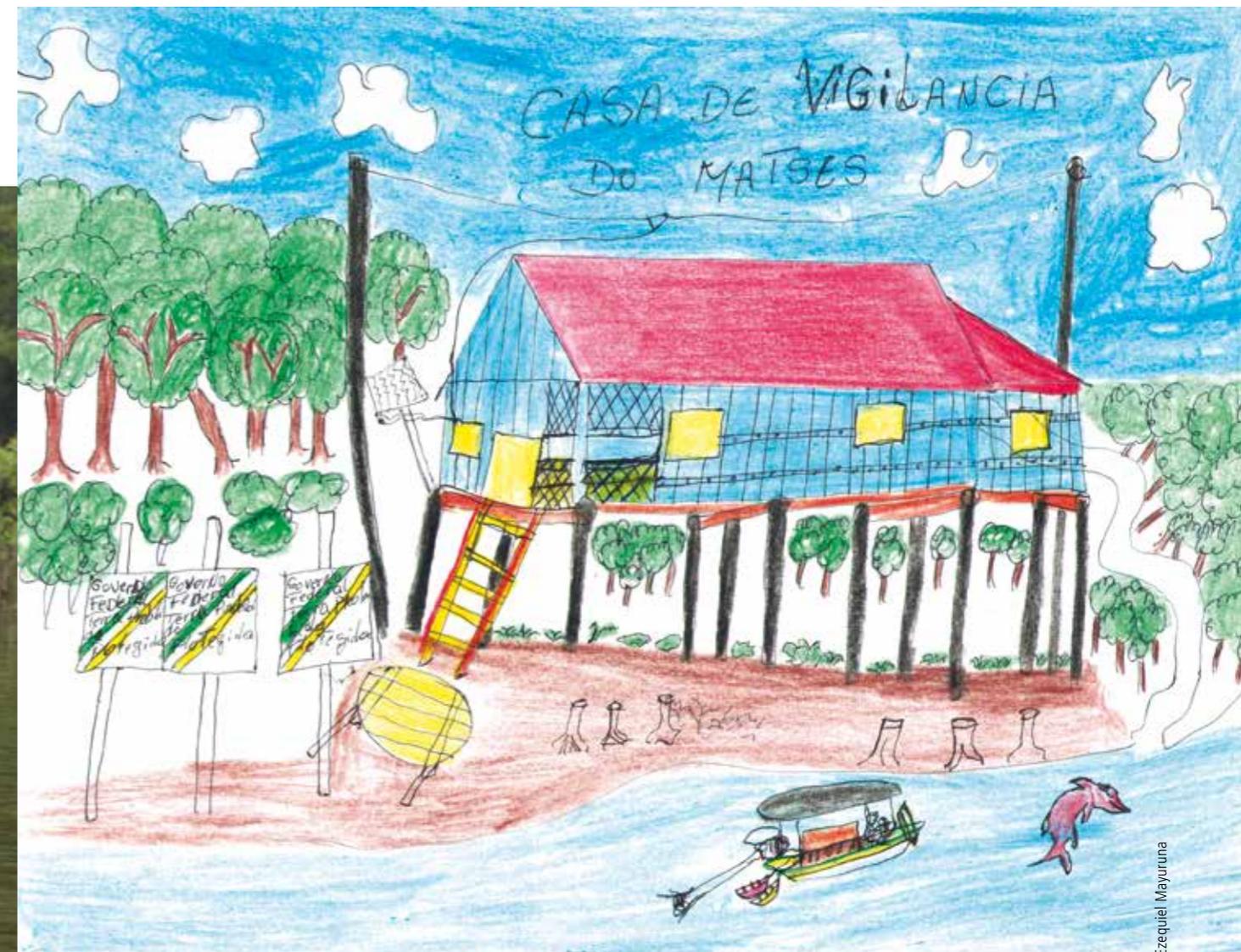
O baixo e médio curso do rio Javari concentram muitas comunidades indígenas e não indígenas, tanto no lado peruano quanto no lado brasileiro. No lado brasileiro encontram-se 7 comunidades indígenas, dos povos Matsés e Kanamari (vide mapa nas páginas 16 e 18). No lado peruano são 34 comunidades não indígenas.

Como consequência deste cenário, é intenso o assédio nas aldeias para a exploração dos recursos no interior da TI Vale do Javari. Com as aldeias estrategicamente situadas próximas ou no acesso a lagos e igarapés da região com o objetivo de protegê-los, os povos indígenas da região se veem impelidos a dividir ou competir seus recursos com os vários pescadores. Em situação de vulnerabilidade e com um histórico de relações comerciais com não indígenas na exploração de recursos da região, são realizados diferentes tipos de arranjos para a comercialização dos recursos pesqueiros. Por conta destas relações, as aldeias têm indicado que os recursos pesqueiros dos lagos da região têm demonstrado sinais de esgotamento.

A iniciativa piloto de manejo dos lagos



Lucinho Kanamari / Acervo CTI



Ezequiel Mayuruna

Vigilância
Kanamari, 2020

Nos últimos anos, as aldeias Matsés e Kanamari da região procuraram uma nova estratégia para a conservação de seus recursos pesqueiros. Esta iniciativa envolve a vigilância de seu território contra pescadores ilegais, o fortalecimento da organização interna das aldeias, a pesca planejada nos lagos e o monitoramento da recuperação dos estoques pesqueiros.



Deizimar Mayuruna

Agentes ambientais Matsés mapeando os lagos com GPS, 2019

O primeiro diagnóstico realizado em 2017 para a identificação e mapeamento dos lagos foi discutido e complementado em 2019, quando então foram realizadas reuniões e oficinas para definir o zoneamento dos lagos, as responsabilidades conjuntas e as ações prioritárias. Também foram discutidas estratégias para o monitoramento e proteção dos lagos do curso médio do rio Javari e baixo Curuçá, a serem lideradas pelos Agentes Ambientais Indígenas Matsés e Kanamari.



Manuella Rodrigues / Acervo CTI

Discussão sobre o zoneamento dos lagos, 2019

As etapas que orientaram a realização do zoneamento participativo foram:

- a) reconhecimento para definição da área de uso;
- b) mapeamento e caracterização dos lagos;
- c) mapeamento de conflitos;
- d) identificação dos diferentes usuários;
- e) negociações de uso de lagos;
- f) mediação de conflitos e estabelecimento de acordos para uso coletivo.

Levantamento e caracterização dos lagos: identificação dos usuários e mapeamento de conflitos

Os Kanamari e Matsés apontaram durante os levantamentos a existência de 96 lagos na região do médio curso do rio Javari e baixo rio Curuçá, tanto no lado brasileiro da fronteira quanto no lado peruano. Deste total, 75 lagos são utilizados por ambos os povos, sendo 60 (63%) deles localizados no interior da TI Vale do Javari e 15 (16%) fora de seus limites. Estes 15 lagos que estão fora da TI Vale do Javari são utilizados pelos Kanamari e Matsés por apresentarem uma maior abundância de peixes se comparados a alguns dos lagos localizados no interior da TI que já começaram a apresentar sinais de esgotamento ou são insuficientes para o consumo das aldeias. Para que as aldeias Kanamari e Matsés utilizem os lagos que estão fora da TI, elas têm construído relações com as comunidades não indígenas da região e, em troca, concordam com o uso de alguns lagos no interior da TI Vale do Javari por estes não indígenas.

O uso e manejo dos lagos na região depende de acordos feitos entre as aldeias dos dois povos. No geral, cada aldeia se responsabiliza pelo uso e manejo dos lagos do seu entorno, mas em alguns casos os dois povos precisam compartilhar os mesmos lagos. Dos 60 lagos da região que ficam dentro da TI Vale do Javari, os Matsés utilizam exclusivamente 22 (37%) deles e os Kanamari outros 29 (48%). Devido à proximidade das aldeias Kanamari e Matsés na região, os outros 9 (15%) lagos são compartilhados entre os dois povos.

GRÁFICO 1

USO DOS LAGOS DA REGIÃO DO MÉDIO JAVARI E BAIXO CURUÇÁ

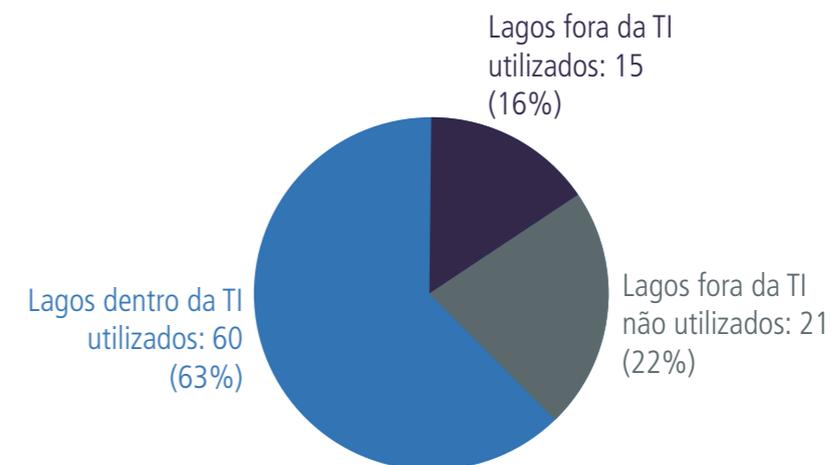
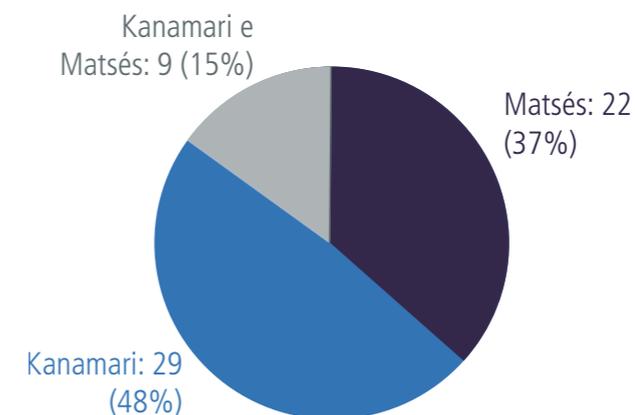


GRÁFICO 2

COMPARTILHAMENTO DE LAGOS ENTRE OS KANAMARI E MATSÉS - TI VALE DO JAVARI



O uso dos lagos pelos não indígenas

Em função das relações históricas mantidas entre as aldeias Kanamari e Matsés e as comunidades não indígenas na região, parte dos lagos no interior da TI Vale do Javari são também compartilhados com os não indígenas por meio de algum tipo de acordo. Algumas aldeias são veementemente resistentes e manifestam seu desacordo com a presença de pescadores não indígenas em seus lagos, mas isso não tem sido suficiente para inibir as constantes invasões e o assédio dos pescadores ilegais. Tal fato é motivo de certa tensão entre as próprias aldeias.

A proximidade da região com as cidades do Alto Solimões (Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga) e a presença de um forte mercado ilegal de pesca e caça faz com que a região seja alvo frequente de invasores. Além disso, o controle do acesso aos lagos da TI Vale do Javari também não é simples. Esse acesso varia de acordo com o regime de cheia e seca, que favorece ou não a entrada de invasores, mas a existência de inúmeros caminhos por terra facilita o acesso, mesmo no inverno.

GRÁFICO 3

COMPARTILHAMENTO DE LAGOS COM OS NÃO INDÍGENAS – TI VALE DO JAVARI

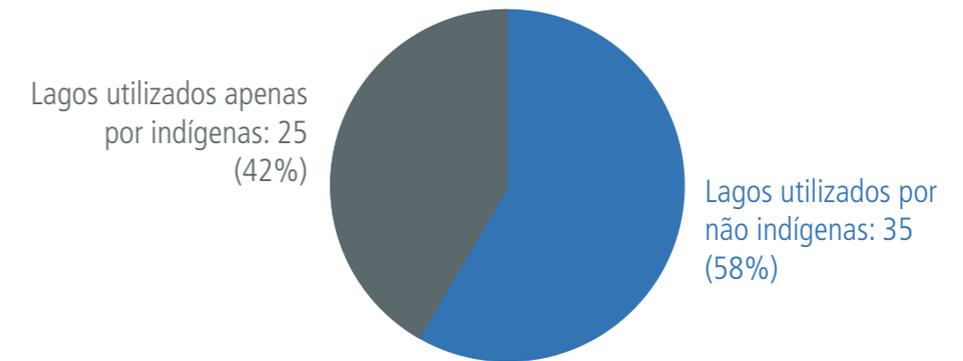
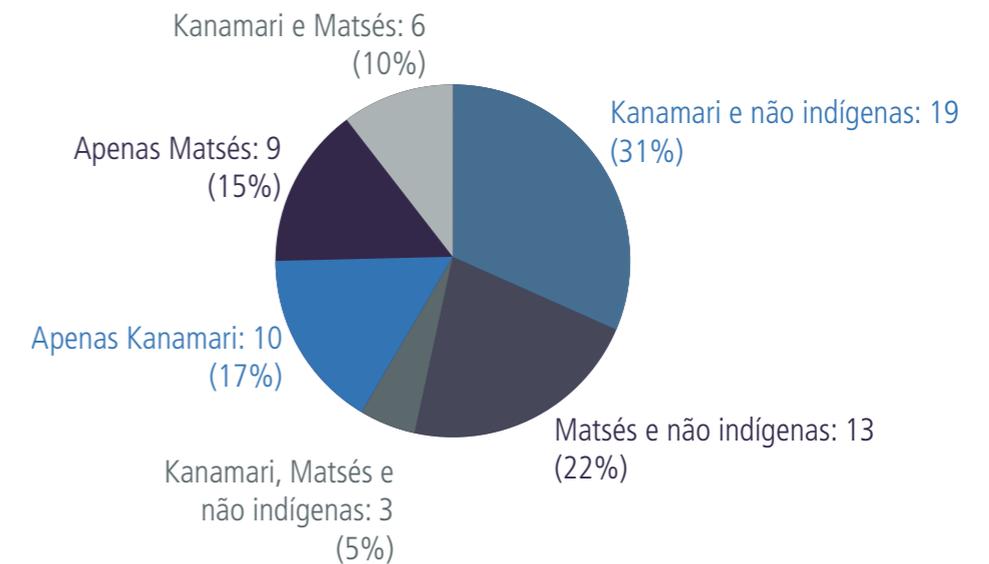


GRÁFICO 4

COMPARTILHAMENTO DE LAGOS ENTRE OS KANAMARI, MATSÉS E NÃO INDÍGENAS – TI VALE DO JAVARI



Por conta dessa realidade, mais da metade dos lagos (58%) da região no interior da TI Vale do Javari são alvo de invasões ou compartilhados com os não indígenas que habitam ou visitam a região. Este compartilhamento nem sempre é pacífico, resultando em conflitos internos entre as aldeias, entre povos e com os ribeirinhos não indígenas.

“Eles ganham mais que nós: R\$ 2.000, R\$ 3.000... depende das toneladas de pirarucu. Eles tiram pirarucu, surubim, tucunaré... Eles tiram tracajá e outras coisas que a gente nem sabe.”

Davi Mayuruna, aldeia Flores

Vulnerabilidade e ameaça dos recursos



Sebastião Mayuruna

O resultado imediato desse contexto é a situação de vulnerabilidade ambiental dos lagos da região. Parte dos lagos já apresenta sinais de esgotamento, com redução na variedade e quantidade de peixes que neles vivem, ameaçando assim a soberania alimentar e os direitos territoriais dos povos Kanamari e Matsés. Os Agentes Ambientais Kanamari e Matsés, que vivem em aldeias no médio Javari e baixo Curuçá, vêm realizando pesquisas sobre a disponibilidade de recursos pesqueiros nos lagos.

O zoneamento dos lagos e a divisão de responsabilidades

Tendo como base o mapeamento e diagnóstico dos lagos feito em 2017, foi realizado em 2019 o zoneamento das áreas de manejo - uma etapa fundamental para a implementação das ações de manejo. O zoneamento levou em conta as características ambientais de cada lago, a situação dos estoques pesqueiros e como é feito o uso e compartilhamento destes lagos pelas aldeias. Foram considerados 60 lagos dos 90 identificados.

Em um primeiro momento, os Kanamari e os Matsés identificaram os lagos prioritários para a manutenção e manejo sustentável, destinados à pesca diária e voltado ao sustento das famílias, definidos como aqueles que seriam destinados para o “uso”.

Os lagos definidos como para “uso” são divididos em dois tipos. O primeiro são os lagos de “manutenção”, ou seja, aqueles que serão utilizados pelas aldeias para realizar a pesca de subsistência. O segundo são os lagos de “comercialização”, que serão os lagos que, futuramente, poderão ser destinados à pesca comercial sustentável regulamentada pelos órgãos governamentais competentes.

Na sequência, determinaram os lagos que teriam a pesca suspensa por tempo indeterminado, os definidos como “não uso”. O objetivo é que os peixes possam se reproduzir nesses lagos e assim, os estoques pesqueiros aumentem em diversidade e quantidade.

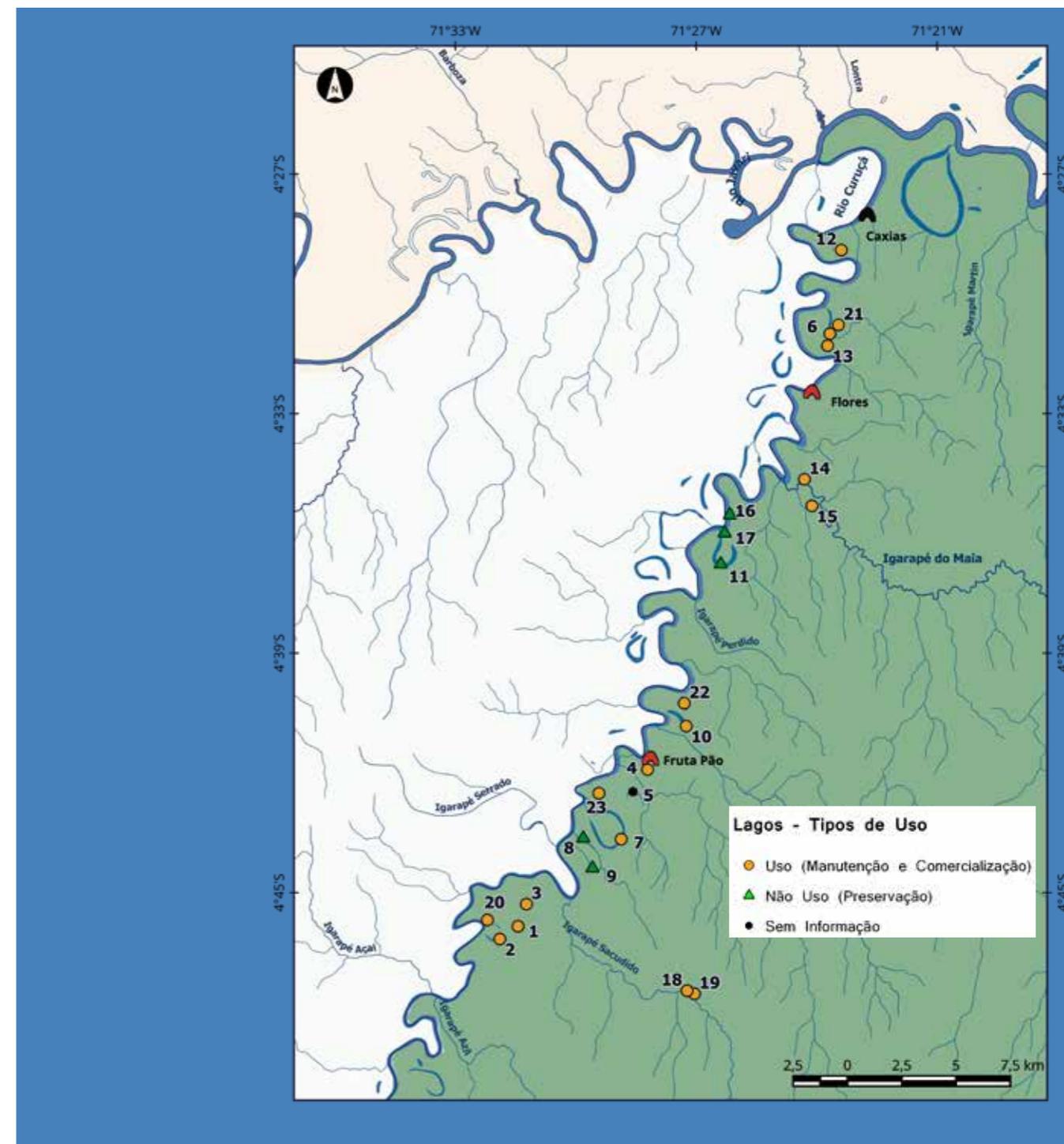


Família Kanamari se deslocando entre aldeias, 2020

QUADRO 1
 CATEGORIZAÇÃO DOS LAGOS CONSTANTES NO ACORDO DE PESCA DO BAIXO RIO CURUÇÁ – TI VALE DO JAVARI

Nº	NOME DO LAGO	USO		NÃO USO
		MANUTENÇÃO (M)	COMERCIALIZAÇÃO (C)	PRESERVAÇÃO (P)
1	Lago do Bodó I	M		
2	Lago do Bodó II	M		
3	Lago de Shisha	M		
4	Lago do Bacia	M		
5	Lago do Cobre			
6	Lago do Socó I	M	C	
7	Lago Grande do Curuçá		C	
8	Lago Mancuri (Manguari)			P
9	Lago Mancuri II			P
10	Lago São Raimundo	M		
11	Lago Tipisca			P
12	Lago Messias	M		
13	Lago Cará - Curuçá	M	C	
14	Laguinho do Maia I	M		
15	Laguinho do Maia II	M		
16	Lago Aruanã do Curuçá			P
17	Lago Shinju			P
18	Lago Sacudido I	M		
19	Lago Sacudido II	M		
20	Lago Igarapé Aruanã	M		
21	Socózinho	M	C	
22	Lago Traíra	M		
23	Lago do Socó II	M		

CATEGORIZAÇÃO DOS LAGOS CONSTANTES NO ACORDO DE PESCA DO BAIXO RIO CURUÇÁ



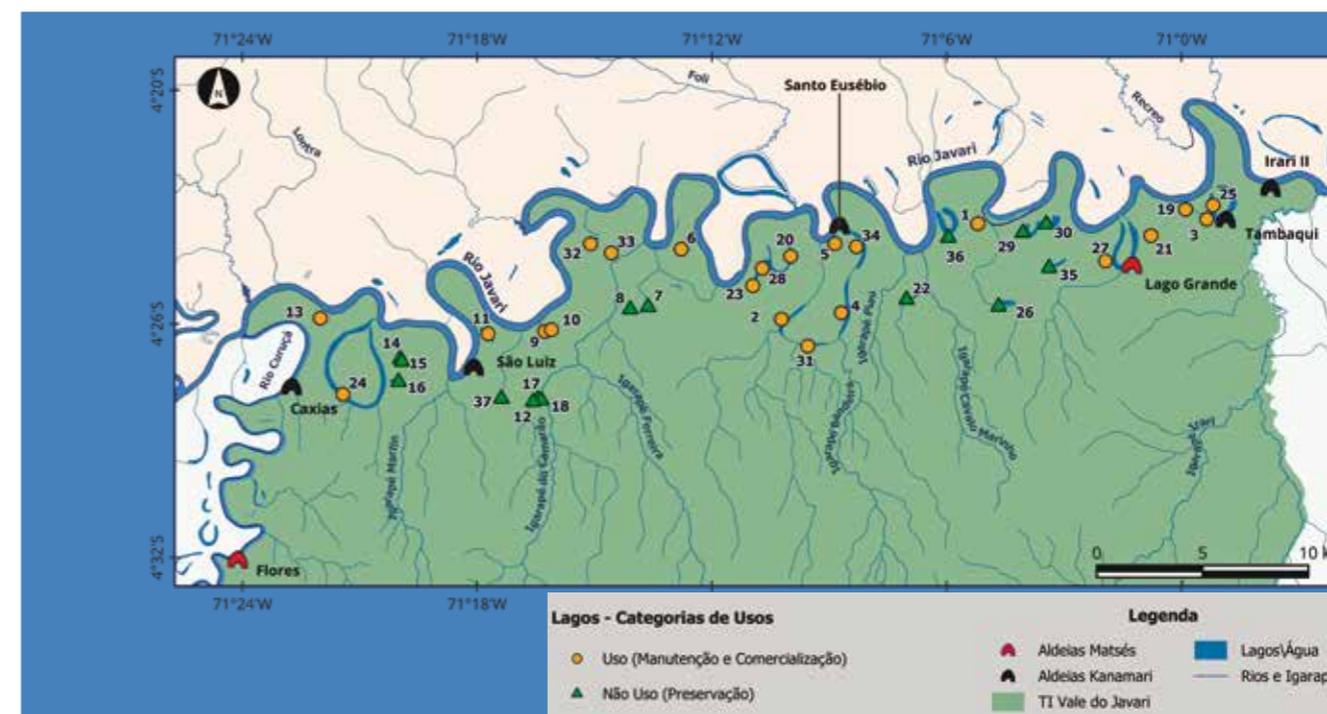
QUADRO 2

CATEGORIZAÇÃO DOS LAGOS CONSTANTES NO ACORDO DE PESCA DO MÉDIO RIO JAVARI

Nº	NOME DO LAGO	USO		NÃO USO
		MANUTENÇÃO (M)	COMERCIALIZAÇÃO (C)	PRESERVAÇÃO (P)
1	Lago Aruanã	M		
2	Lago Bananal	M	C	
3	Lago Caranã	M		
4	Lago Bandeira	M	C	
5	Lago do Cigano	M	C	
6	Lago Brito	M		
7	Lago Maitá			P
8	Lago Tambaqui II	M	C	
9	Lago Jauari I	M		
10	Lago Jauari II	M		
11	Lago São Luiz	M		
12	Lago Central			P
13	Lago Madin	M		
14	Lago Bürohai			P
15	Lago Tyiro			P
16	Lago Martinho			P
17	Lago Buritizal I			P
18	Lago Buritizal II			P
19	Lago Maraja	M		
20	Lago Caboclo Velho	M	C	
21	Lago Cará	M		
22	Lago Cavalo Marinho			P
23	Lago Chato	M	C	
24	Lago do Caxias	M	C	
25	Lago do Tambaqui II			P

Nº	NOME DO LAGO	USO		NÃO USO
		MANUTENÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	PRESERVAÇÃO
26	Lago Ferreira			P
27	Lago Grande	M	C	
28	Lago Manguari	M	C	
29	Lago Moqueca			P
30	Lago Redondo I			P
31	Lago Redondo II	M	C	
32	Lago Santa Bárbara	M		
33	Lago Santa Helena	M		
34	Lago Santo Euzébio	M	C	
35	Lago Três José			P
36	Lago Vista Alegre			P
37	Laguinho			P

CATEGORIZAÇÃO DOS LAGOS CONSTANTES NO ACORDO DE PESCA DO MÉDIO RIO JAVARI





Manuella Rodrigues / Acervo CTI

Definição dos lagos destinados à preservação, 2019

Do total dos 60 lagos considerados para manejo foram destinados 16 lagos para a preservação, 5 no baixo rio Curuçá e 11 no médio rio Javari. O restante dos 44 lagos está destinado ao uso sustentável, sendo que, dos 37 lagos do médio Javari, 11 deles podem ser utilizados também para a pesca visando a comercialização. No Baixo Curuçá dos 18 lagos destinados ao uso sustentável 4 deles podem ser utilizados também para a pesca visando a comercialização.

A proteção e o monitoramento

“As pessoas estão interessadas nesse manejo. Estamos reunidos com os Kanamary falando do manejo dos lagos”

Gilmar Mayoruna, cacique da aldeia Lago Grande

O zoneamento também implica na divisão de responsabilidades entre as aldeias para a vigilância e monitoramento dos lagos e, de modo geral, do território. Os Kanamari e os Matsés decidiram que a vigilância dos lagos será feita pelas pessoas das aldeias mais próximas a eles, por equipes de no mínimo três pessoas. A vigilância vem sendo realizada por meio de expedições regulares para controlar pescadores ilegais e pela vigília em casas ou acampamentos de apoio construídos em locais estratégicos.

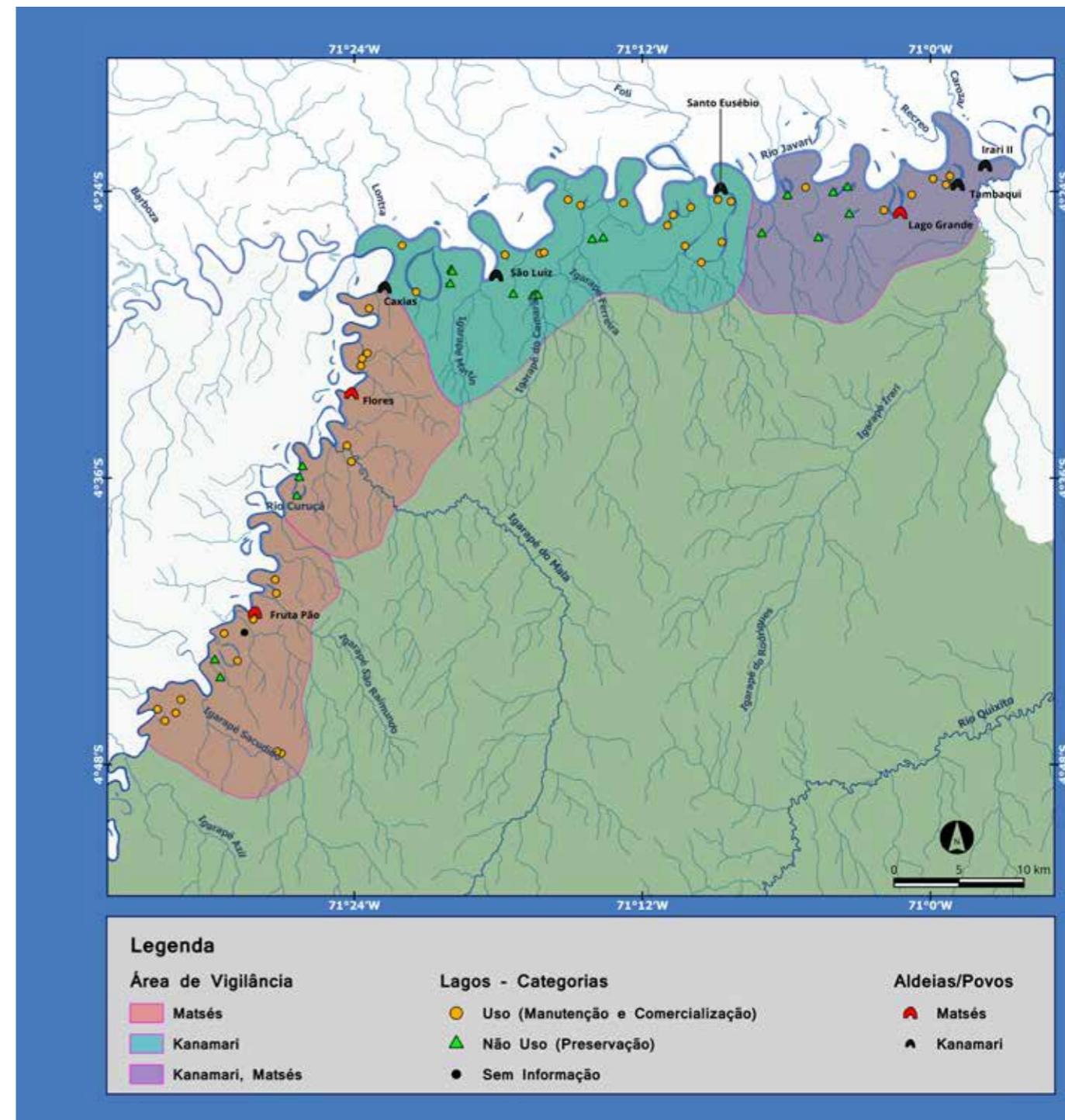
Lagos e aldeias responsáveis pela vigilância no médio rio Javari (37 lagos)

QUADRO 3

ÁREAS DE VIGILÂNCIA POR CALHA DE RIO E A DIVISÃO DA RESPONSABILIDADE DAS ALDEIAS PELOS LAGOS IDENTIFICADOS NO ZONEAMENTO

Região	Povo	Aldeias Responsáveis	Lagos
baixo rio Curuçá	Matsés	Fruta Pão	Lago do Bodó I, Lago do Bodó II, Lago de Shisha, Lago do Bacia, Lago do Cobre, Lago Grande do Curuçá, Lago Mancuri (Manguari), Lago do Manguari II, Lago são Raimundo, Lago Sacudido I, Lago Sacudido II, Lago Igarapé Aruanã, Lago Traíra e Lago do Socó II
		Flores	Lago do Socó I, Lago Tipisca, Lago Messias, Lago Cará, Laguinho do Mais I, Lago do Maia II, Lago Aruanã do Curuçá, Lago Shinju e o Lago Socozinho
médio rio Javari	Matsés	Lago Grande Irari II Tambaqui	Lago Aruanã, Lago Caranã, Lago Tambaqui I, Lago Marajá, Lago Cavalo Marinho, Lago Cará, Lago Ferreira, Lago Grande, Lago Moqueca, Lago Redondo I, Lago Tres José e Lago Vista Alegre
		São Luiz Caxias Santo Eusébio	Lago Bananal, Lago Bandeira, Lago do Cigano, Lago Brito, Lago Maitá, Lago Jauari I, Lago Jauari II, Lago São Luis, Lago Central, Lago Madin, Lago Bürohai, Lago Tyiro, Lago Martinho, Lago Buritizal I, Lago Buritizal II, Lago Caboclo Véio, Lago Chato, Lago do Caxias, Lago Tambaqui II, Lago Manguari, Lago Redondo II, Lago Santa Bárbara, Lago Santa Helena, Lago Santo Eusébio e Laguinho

Áreas de vigilância



Fortalecimento pela gestão integrada dos lagos



Atividade de vigilância no lago Santo Eusébio

Paralelamente às ações de vigilância e monitoramento, as aldeias buscam fortalecer a gestão e o manejo dos recursos pesqueiros de forma integrada em toda a região do médio Javari e baixo Curuçá. Para isso, foi estabelecido um acordo inicial de manejo, que consolida as decisões a respeito do zoneamento, a responsabilidade pela vigilância e monitoramento dos lagos, além de definir os apetrechos de pesca a serem utilizados.



Apresentação das atividades dos Agentes Ambientais

A fim de garantir a sustentabilidade do manejo e, consequentemente, a conservação dos recursos pesqueiros no curso médio do rio Javari e baixo Curuçá, ficou prevista a realização de reuniões periódicas entre as aldeias para a avaliação e atualização do acordo de pesca, se necessário. O acordo de pesca é uma importante ferramenta de gestão para as aldeias e seus apoiadores, e sua revisão é importante tanto para reafirmar as estratégias de gestão integrada, quanto para redefini-las. Para alcançar os resultados esperados, ajustes podem ser necessários para garantir o compromisso contínuo entre as aldeias e a sustentabilidade da iniciativa.

Complementarmente, algumas aldeias têm tomado a iniciativa de realizar visitas às comunidades não indígenas vizinhas para estabelecer diálogo sobre a iniciativa de manejo e a importância da conservação dos lagos da região. Como as pessoas dessas comunidades frequentemente agem como pescadores ilegais no interior da TI Vale do Javari, este tipo de “boa política de vizinhança” faz-se necessária para coibir a pesca ilegal e, ao mesmo tempo, provocar o debate local sobre a pesca predatória e os riscos de esgotamento dos estoques pesqueiros no curso médio do rio Javari.

Estas ações resultaram na formalização de um acordo inicial entre os Kanamari e os Matsés para o manejo e conservação dos recursos pesqueiros no curso médio do Javari e baixo Curuçá. Este documento deve servir de base para avaliações e planejamentos ao longo dos anos e, principalmente, no período que antecede a pesca, tornando-se uma importante ferramenta de gestão compartilhada, onde as decisões estão a cargo das comunidades que colaboraram na construção e aprovação das propostas do acordo.

Este acordo representou uma grande conquista, pois envolveu sete aldeias dos dois povos, que se comprometeram com o manejo integrado destes recursos pesqueiros. Este compromisso foi reafirmado com a atualização do Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Vale do Javari, em agosto de 2019.

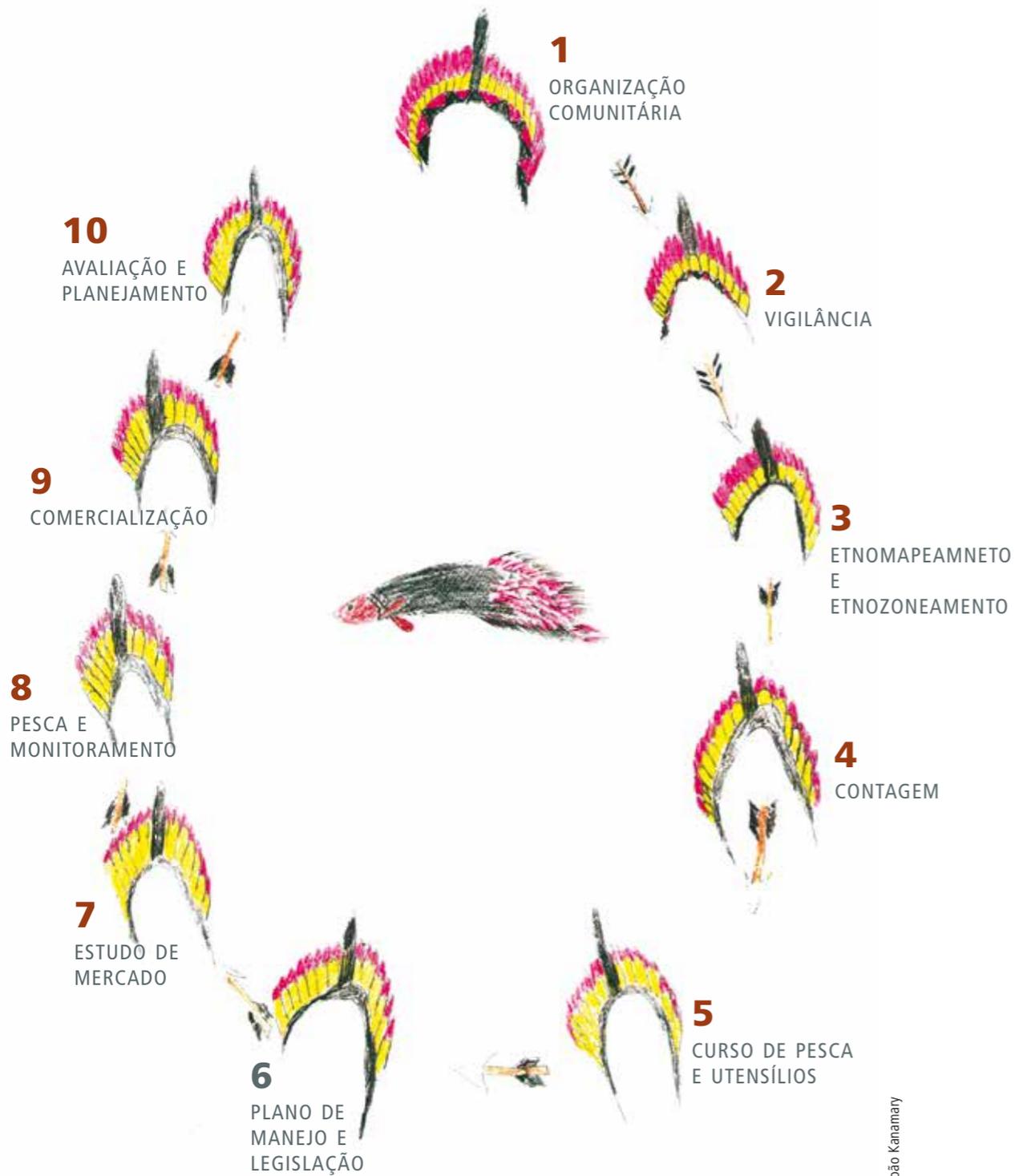
Os próximos passos



Lucinho Kanamary

As aldeias Kanamari e Matsés continuam trabalhando para o desenvolvimento do manejo e conservação dos lagos na região. Os Agentes Ambientais estão sendo preparados com técnicas e conhecimentos específicos – complementares aos seus próprios conhecimentos tradicionais – para realizarem o monitoramento da recuperação dos estoques pesqueiros nos lagos. Deste modo, terão a sua disposição instrumentos para mensurar a médio e longo prazo os resultados ecológicos positivos da iniciativa.

Além disso, a AKAVAJA e a OGM buscam se aprofundar no tema, a fim de fortalecer sua articulação com as aldeias e garantir sua participação e contribuição para a iniciativa. As organizações também têm se preparado e ampliado a sua participação em diferentes agendas em nível local para garantir ou ajustar as políticas públicas que podem apoiar a iniciativa.



João Kanamary



Lucinho Kanamary

*Manejo, ainda está longe!
 Manejo, depende de nós!
 Manejo, sempre vai ter cobra no meio do caminho,
 e pessoas contra!
 Mas como disse meu cacique: "manejo está vivo"!*

(fala coletiva)

Linha do tempo

Essas crianças que estão crescendo, elas que vão continuar lutando.

“Assim que conseguiram para nós” – é assim que as crianças vão pensar.

É assim que vão fazer no meu lugar.

Eu vou só deixar plantado para eles.

E depois são eles que vão segurar.

É assim que eles vão ficar no meu lugar.

(Mauro Kanamari, cacique da aldeia São Luis)

1999

O início do trabalho do CTI na TI Vale do Javari

A ação do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) na Terra Indígena Vale do Javari se inicia em 1999, quando a organização estabelece uma parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), através do então Departamento de Índios Isolados DII/Funai (hoje Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato- CGIIRC). Essa parceria voltou-se para a proteção dos povos indígenas isolados que habitam esta Terra Indígena e para a proteção e salvaguarda da imensa área com 8,5 milhões de km² desta Terra Indígena e dos seus recursos naturais. Tais recursos, há décadas, sofriam um saque constante por parte de madeireiros, pescadores e caçadores, ameaçando a sua disponibilidade e a soberania alimentar dos povos indígenas contatados e isolados da TI Vale do Javari. Esta parceria permitiu ao CTI o estabelecimento de relações próprias com os povos indígenas do Vale do Javari. Desde o início dessa parceria, era nítido para o CTI que a garantia de proteção e promoção desse patrimônio cultural e ambiental somente seria consolidada por meio da participação dos povos na gestão desse território, sendo assim imprescindível qualificar e propiciar a formação dos indígenas neste sentido.

Atividades de formação complementar para jovens pesquisadores e professores da TI Vale do Javari¹

Estas formações compõem o eixo temático de Educação para a Gestão e Controle Territorial e foram fundamentais para a construção, mais tarde, do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Vale do Javari.

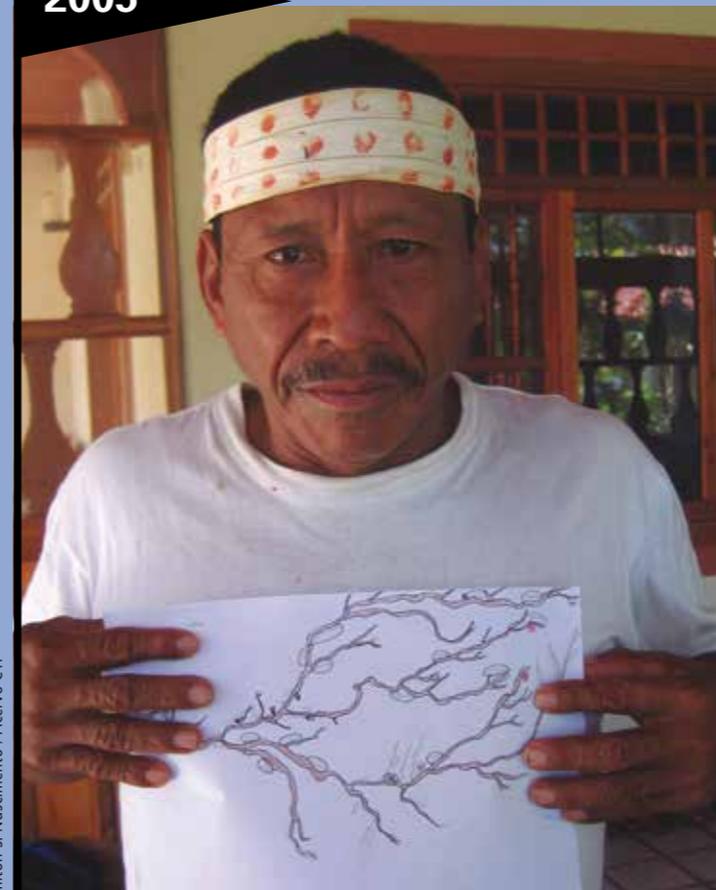
Estas ações de formação estavam voltadas para a produção de conhecimento sobre a TI Vale do Javari, o diálogo de saberes entre conhecimentos indígenas e não indígenas e o fortalecimento da transferência de conhecimentos tradicionais entre as gerações.

Matriz: Terra e Territorialidade

- Refletir sobre as frentes de expansão econômicas que atingiram o território dos povos habitantes da TI Vale do Javari em articulação com a exploração da seringa e do caucho, sobre as mudanças sociais na Amazônia e sobre as histórias dos contatos com não indígenas.
- Refletir sobre o processo de demarcação do território da Terra Indígena Vale do Javari.
- Contextualizar os interesses atuais na Amazônia brasileira e peruana em relação aos processos econômicos mundiais e suas consequências para os territórios destes povos.
- Trazer para os professores elementos de discussão sobre as atuais ameaças sobre a TI Vale do Javari.
- Abordar possibilidades futuras e os anseios e atitudes em relação a essas ameaças.

¹ Para cada povo da TI (Marubo, Matis, Kanamari e Matsés) foram realizados 3 módulos em um total de 12 módulos.

2005



Hilton S. Nascimento / Acervo CTI

I Módulo avançado da Escola Matsés

De 16 de abril a 4 de maio de 2005, em um total de 190 horas-aula, foi realizado em Tabatinga (AM) o primeiro curso de formação complementar para este povo, contando com 14 professores Matsés e jovens indicados de todas as aldeias, além de 5 lideranças e anciões consultores. O curso, abrangendo a temática Territorialidade e Terra Indígena, desenvolveu reflexões críticas em relação à história Matsés e à história da ocupação não indígena na região do Vale do Javari, refletindo sobre o processo de demarcação da TI Vale do Javari e habilitando os professores na pesquisa das fontes históricas orais e escritas.

2006



Hilton S. Nascimento / Acervo CTI

I Módulo avançado da Escola Kanamari

De 11 de maio a 4 de junho de 2006, em um total de 210 horas-aula, foi realizado em Letícia, cidade colombiana vizinha a Tabatinga (AM), o primeiro curso de formação voltado aos Kanamari, que contou com 18 professores e jovens indicados de todas as aldeias e também de 7 anciões consultores. O curso “Do Juruá ao Javari: histórias Kanamari”, inserido na matriz Territorialidade e Terra Indígena, permitiu pela primeira vez que os Kanamari refizessem suas trajetórias de ocupação territorial, acentuando a rede de relações entre os Kanamari, habitantes do médio rio Javari e os Kanamari do rio Itaquaí.



Hilton S. Nascimento / Acervo CTI

II Módulo avançado da Escola Matsés

De 06 a 19 de dezembro de 2006, em um total de 140 horas-aula, foi realizado em Tabatinga (AM) o segundo curso de formação complementar para este povo, contando com 23 professores Matsés e jovens indicados de todas as aldeias, além de 3 lideranças e anciões consultores. O curso, abrangendo a temática Territorialidade e Terra Indígena, permitiu pela primeira vez que os Matsés refizessem suas trajetórias de ocupação territorial, acentuando a rede de relações entre os Matsés habitantes da TI Vale do Javari e os Matsés do território peruano. Foram abordados acontecimentos históricos que marcaram a região da fronteira entre o Brasil e Peru, na bacia do rio Javari, território tradicional dos Matsés (Mayoruna) e os processos históricos que levaram à definição da fronteira Brasil-Peru da forma que é hoje e, a partir destas reflexões, a compreensão das diferenças entre os dois países.

2008



Hilton S. Nascimento / Acervo CTI

II Módulo avançado da Escola Kanamari

De 16 de junho a 08 de julho de 2008, com um total de 220 horas-aula, foi realizado o segundo curso de formação complementar para os professores Kanamari, contando com 23 professores e 3 anciões consultores. O curso “O Povo Kanamari: Território e a Amazônia no Contexto Mundial - Interesses e Principais Ameaças”, inserido na matriz Territorialidade e Terra Indígena, contextualizou os interesses atuais na Amazônia brasileira em relação aos processos econômicos mundiais e suas consequências para os territórios do povo Kanamari e para a TI Vale do Javari, sobre as possibilidades de futuro e os anseios e atitudes do Povo Kanamari frente a essas ameaças.

2009



III Módulo avançado da Escola Matsés

De 15 de maio a 08 de junho de 2009, em um total de 220 horas-aula, foi realizado em Letícia, cidade colombiana vizinha a Tabatinga (AM), o terceiro curso de formação complementar junto aos Matsés, que contou com 22 professores e jovens indicados por suas aldeias e também 3 consultores. O curso “A Pesquisa da História e a Defesa do Território” contextualizou os interesses atuais na Amazônia brasileira e peruana em relação aos processos econômicos mundiais e suas consequências para os territórios do povo Matsés no Brasil e no Peru, abordando possibilidades futuras e os anseios do povo Matsés em relação às ameaças ao território.

Levantamentos Ambientais Participativos da Biodiversidade na TI Vale do Javari

2008



Pollyana Mendonça / Acervo CTI

A partir de 2008, o CTI iniciou uma nova ação voltada à “Gestão Participativa para a Conservação Socioambiental do Vale do Javari”. Uma das atividades desse projeto foi a realização de diagnósticos ambientais participativos envolvendo os jovens indígenas e professores de todos os povos da TI Vale do Javari. As ações evidenciaram a oportunidade de trocar experiências e aliar conhecimento tradicional ao conhecimento ocidental, reconhecer e valorizar a biodiversidade local a partir da importância de sua preservação e embasar as políticas públicas ambientais e de etnodesenvolvimento desenvolvidas no território desses povos.

2009



Hilton S. Nascimento / Acervo CTI

Levantamento Ambiental Participativo da Biodiversidade do território Kanamari do rio Itacoaí

No período de 20 de maio a 01 de junho foi realizada uma oficina na aldeia Massapê, sob a condução do ecólogo do CTI, Hilton S. Nascimento, e contou com a participação direta de 5 professores e 35 jovens das aldeias do rio Itacoaí. O objetivo foi contribuir para o planejamento e implementação de políticas públicas e outras iniciativas voltadas à gestão territorial e ambiental na Terra Indígena Vale do Javari.



Hilton S. Nascimento / Acervo CTI

Levantamento Ambiental Participativo da Biodiversidade do Território Kanamari do médio rio Javari

Em maio de 2012, o CTI realizou o com participantes das aldeias Caxias e São Luiz, coordenado pelo ecólogo do CTI, Hilton S. Nascimento. O objetivo foi contribuir para o planejamento e implementação de políticas públicas e outras iniciativas voltadas para a gestão territorial e ambiental na Terra Indígena Vale do Javari. Este levantamento esteve centrado na complementação do levantamento realizado entre os Kanamari do rio Itaquai. No Levantamento Ambiental Participativo da Biodiversidade do Território Kanamari do médio Javari, ficou evidente que além de um complexo quadro de invasões, de difícil fiscalização e complexa dinâmica de interação de grupos humanos muito heterogêneos entre si, o território Kanamari do médio rio Javari representa o maior de desafio de proteção e preservação dos recursos naturais desta Terra Indígena.



Hilton S. Nascimento / Acervo CTI

Levantamento Ambiental Participativo da Biodiversidade do Território Matsés

No período de 20 de julho a 2 de agosto de 2012, o CTI realizou na aldeia Flores, sob a coordenação do ecólogo do CTI, Hilton Nascimento, o levantamento ambiental participativo junto ao povo Matsés. A oficina contou com 30 participantes representantes das 12 aldeias: Lobo, Trinta e Um, São Meireles, Flores, Fruta Pão, Cruzeirinho, Nova Esperança São Meireles, Soles, Boca do Pardo, Lago Grande, Terrinha e São Luiz. Foram tratados 6 tópicos: 1- Os Animais do Território Matsés; 2- A biodiversidade do território Matsés como alimento; 3- Tecnologias de caça e pesca Matsés; 4- A agrobiodiversidade dos sistemas de cultivo Matsés; 5- Os frutos coletados na mata; 6- Os recursos naturais em diminuição no território Matsés do lado brasileiro.

2014



Hilton S. Nascimento / Acervo CTI

Apresentação dos resultados dos Levantamentos Participativos

Em setembro de 2014, o CTI compartilhou os resultados dos Levantamentos Participativos realizados com os Marubo do rio Ituí, os Matsés, os Matis e os Kanamari. Essa apresentação foi feita com todas as organizações indígenas e lideranças das aldeias da TI Vale do Javari, durante reunião em Atalaia do Norte, na sede da UNIVAJA. Nesta reunião foi acordado e validado um Plano de Ação para a Gestão Territorial e Ambiental da TI Vale do Javari. A partir das informações contidas neste PGTA, as propostas foram estruturadas em uma matriz e organizadas em quatro eixos temáticos: Controle e Monitoramento Territorial; Conservação e Manejo dos Recursos Naturais; Fortalecimento da Transmissão de Conhecimentos Tradicionais; Fortalecimento Institucional.

A situação histórica de vulnerabilidade da região do médio rio Javari e baixo rio Curuçá, com o aumento a cada ano da pesca ilegal e predatória resultando na redução dos recursos naturais e das populações de peixes, foi reiterada pelos Kanamari e Matsés, sendo apontada a necessidade de novas práticas e acordos internos de manejo e uso dos lagos.

2017

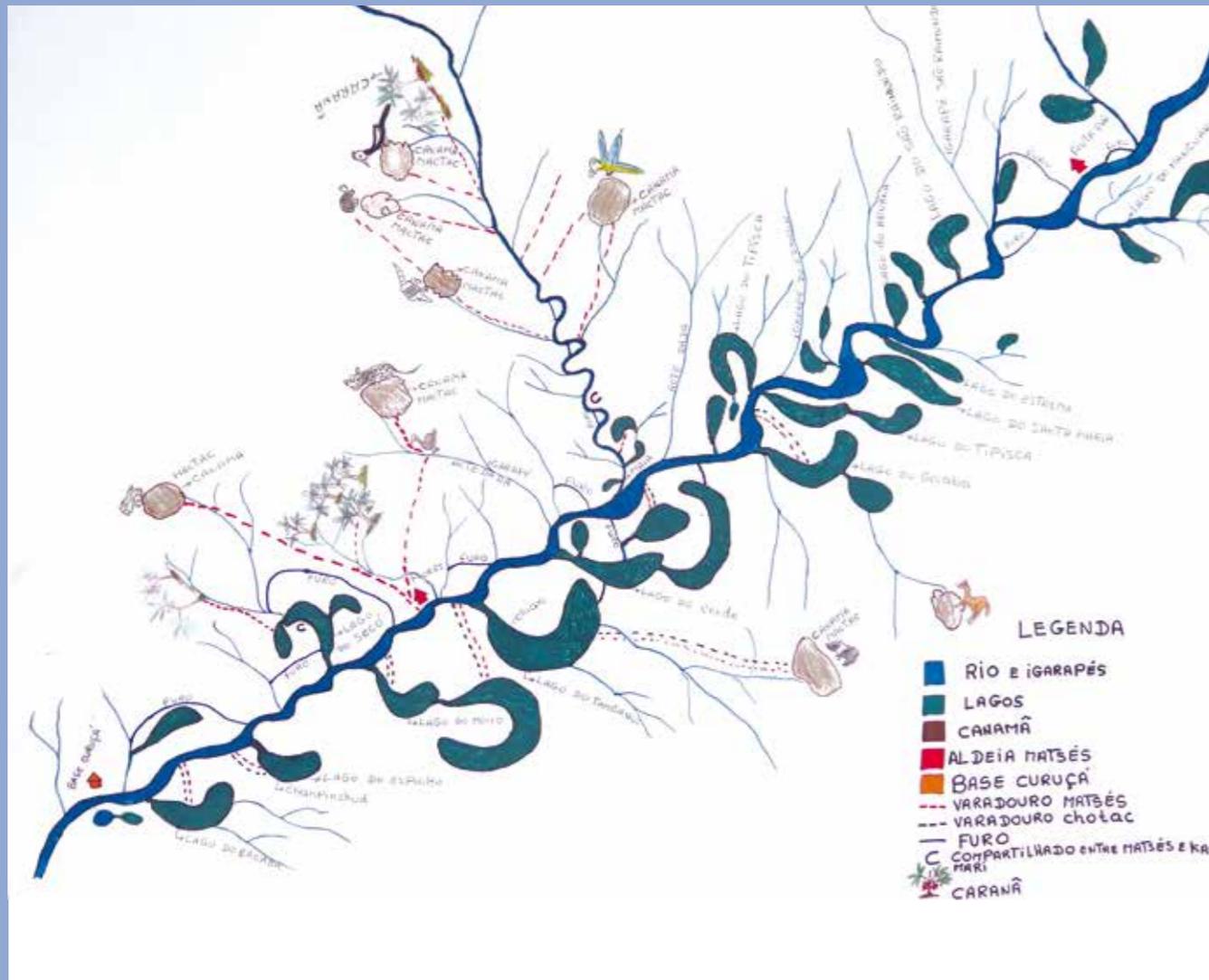


Janekeley Reis e Thiago Arruda / Acervo CTI

Médio rio Javari e baixo rio Curuçá: a construção de etnomapas para a gestão dos recursos naturais

No período de 06 de novembro a 02 de dezembro de 2017, foi realizada nas aldeias Tambaqui, Santo Eusébio e São Luiz (região do médio rio Javari) e nas aldeias Fruta-Pão, Flores e Lago Grande (região do baixo rio Curuçá), reuniões e 2 mini-oficinas, uma para cada povo, para a atualização das informações coletadas em 2012 sobre a situação do território nesta área da Terra Indígena Vale do Javari, além da produção de novos mapas. Participaram desta atividade 75 pessoas, entre representantes dos Kanamari e dos Matsés. Este levantamento, sob responsabilidade dos assessores do CTI Janekeley D'Avila e Thiago Arruda Ribeiro dos Santos, subsidiou posteriores atividades de manejo de recursos pesqueiros, demanda que foi apresentada quando na elaboração do PGTA, sendo também considerada uma ação importante na formação continuada dos jovens pesquisadores ambientais indígenas. Durante esta revisão, foram levantados 30 lagos e a situação de uso de cada um deles.

As figuras apresentam os etnomapas das “Áreas de uso e recursos, presença de invasores e compartilhamento territorial”. Nestes mapas, os Matsés e Kanamari reiteram a vulnerabilidade e degradação dos recursos naturais na região, os pontos mais frágeis para proteção do território da TI e também evidenciam as dinâmicas de compartilhamento territorial entre esses dois povos.



Formação dos Agentes Ambientais Indígenas

2018



I Módulo Formação dos Agentes Ambientais Indígenas da TI Vale do Javari

No período de 26 fevereiro a 08 março de 2018, foi realizada a primeira etapa da formação de novos agentes ambientais indígenas, contando com a participação de 40 jovens e com anciões dos cinco povos da TI Vale do Javari, além dos representantes das organizações indígenas. Esta formação fez parte da implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Vale do Javari. A primeira etapa presencial foi realizada na cidade de Atalaia do Norte e contou com 110 horas de atividades.

Durante essa ação, os jovens agentes, considerando e avaliando suas próprias estratégias e modos tradicionais de gestão dos seus territórios e ambientes, receberam informações sobre as principais discussões ligadas à temática de gestão ambiental e territorial e aos termos e conceitos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída em 2012. Também foi feita uma revisão das principais atividades de manejo territorial e ambiental já realizadas em conjunto com o CTI ao longo de quase duas décadas de atuação junto aos povos indígenas da TI Vale do Javari.

Esses jovens aprenderam noções básicas de cartografia e mapeamento, com o manuseio de aparelhos de GPS. Por fim, tiveram contato com uma série de iniciativas de manejo e gestão dos territórios e de seus recursos naturais realizadas por outros povos indígenas da região e do Brasil, com uma discussão sobre o processo de elaboração de acordos e manejo de lagos que vem ocorrendo em várias áreas do alto rio Solimões, estado do Amazonas.

2019



II Módulo Formação dos Agentes Ambientais Indígenas da TI Vale do Javari

No período de 16 a 25 de maio de 2019, foi realizada na zona rural da cidade de Atalaia do Norte a segunda etapa da formação dos novos agentes ambientais indígenas dos povos da TI Vale do Javari, que contou com a participação de 35 jovens, além da presença dos anciões dos cinco povos da TI e dos representantes das organizações indígenas. Esta formação faz parte da implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Vale do Javari. Neste II Módulo, o objetivo foi: 1) promover o contato e conhecimento dos agentes ambientais com as principais questões e ameaças ambientais de cada região da TI Vale do Javari e do seu entorno, conectando a realidade loco-regional referente à calha de rio que cada agente ocupa, com o contexto geral no qual essa Terra Indígena está inserida; 2) socializar os trabalhos de gestão por meio dos levantamentos e etnomapeamento que vinha sendo realizado nessa Terra Indígena com a participação dos próprios agentes ambientais indígenas.

Iniciativas de manejo sustentável de recursos pesqueiros no médio rio Javari e baixo rio Curuçá

Agora entendi o que é o manejo.

Vamos cuidar de nossos peixes e do pirarucu.

Se não cuidamos dos lagos, vai acabar o pirarucu.

Gilmar Mayuruna, cacique da aldeia Lago Grande

2019

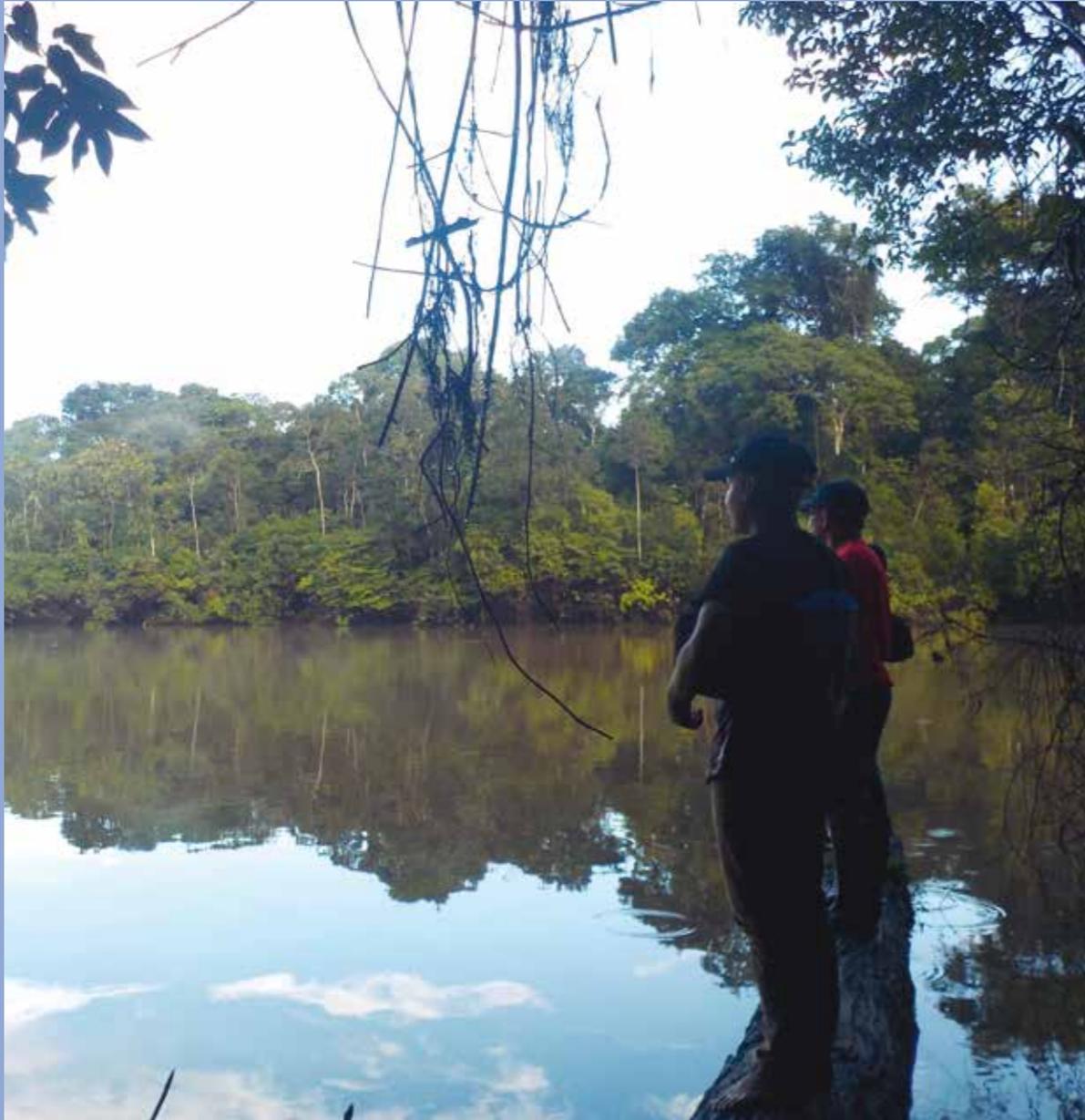


Manuella Rodrigues / Acervo CTI

1ª atividade: Reuniões e levantamentos

No período de 3 e 16 de junho de 2019, foram realizadas reuniões nas sete aldeias existentes nas duas calhas de rios (aldeias São Luiz, Santo Eusébio, Fruta Pão, Flores, Tambaqui, Irari II e Lago Grande) para apresentação do conceito de manejo de recursos pesqueiros, contando com a participação de 128 pessoas. Nessas oficinas, conduzidas pelo consultor Saíde Barbosa e pela antropóloga assessora do CTI, Manuella Rodrigues, foram discutidas as formas de manejo tradicional e apresentadas as etapas que compõem o manejo de recursos pesqueiros: organizar, zonedar, proteger, contar, pescar, vender, avaliar e realizar capacitações, sendo cada uma delas muito importante para o alcance dos objetivos da proposta de manejo dos lagos.

Nessa etapa das práticas de manejo foram visitados 16 lagos (ambientes) para: reconhecimento técnico de suas vulnerabilidades e acessibilidade para as estratégias de vigilância e futuras pescas, além da verificação da qualidade da água (cor, temperatura) e das características do habitat (formato dos lagos, tamanho, profundidade, vegetação lacustre, mata ciliar) onde vivem e se reproduzem os peixes, com foco principal no pirarucu (*Arapaima gigas*).



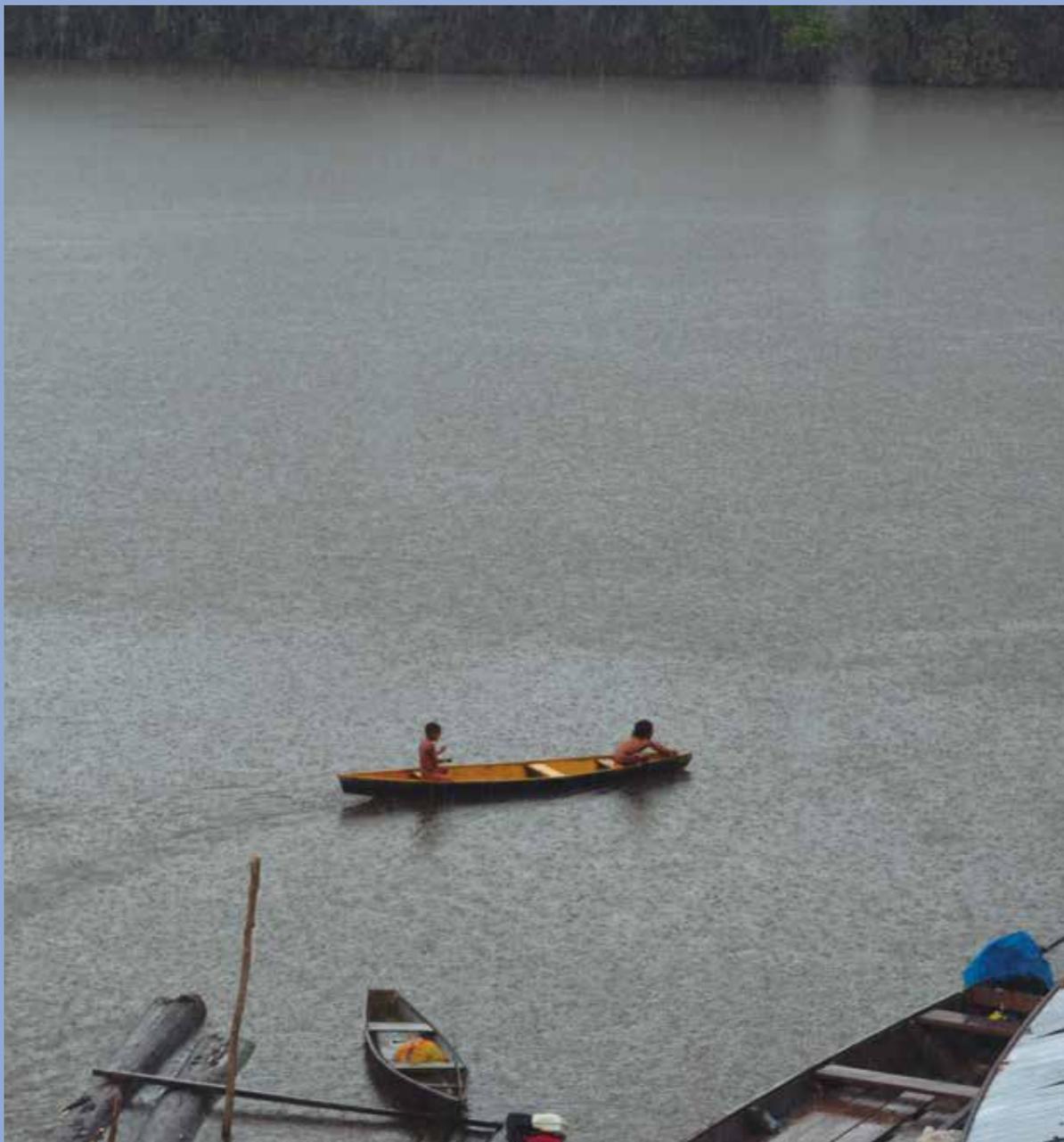
2ª atividade: Zoneamento: reunião na aldeia lago Grande e acordos na definição das áreas de uso e de não uso

Aqui é meu território e meus lagos. Vamos cuidar para daqui para frente não entrar mais pescadores.

Gilmar Mayuruna, cacique da aldeia Lago Grande

Nos dias 29, 30 e 31 de julho de 2019, foi realizada uma reunião na aldeia Lago Grande com a participação de 51 pessoas dos povos Matsés e Kanamari, incluindo os agentes ambientais. Esta reunião esteve voltada para o fortalecimento da organização social das aldeias para a realização do manejo e para a etapa de zoneamento dos lagos, com as caracterizações das áreas de uso. Este trabalho teve como objetivo retomar as principais etapas do manejo, que dependem da constante mobilização comunitária para a organização, proteção e o zoneamento da região do manejo, sendo o zoneamento o foco principal de discussões desta segunda atividade. Foram esclarecidos alguns conceitos: o zoneamento ambiental é um instrumento de gestão para a proteção e uso de recursos naturais e, essas áreas são chamadas de “zonas de manejo”, que são definidas para a implementação do manejo em “áreas de uso” (lagos de manutenção e comercialização) e “áreas de não-uso” (lagos de preservação). Os indígenas foram instruídos, a partir da definição do zoneamento, a compreenderem a necessidade de manterem-se organizados para realizar a proteção dos lagos de maneira conjunta.

Assim, as discussões desta atividade estiveram centradas na compreensão de: 1) O que é zoneamento, para que serve, quais suas principais características e seus principais componentes; 2) Quais são as características ambientais relevantes para o zoneamento da pesca em geral e do pirarucu em particular; 3) Quais são as características da biologia da espécie relevantes para o zoneamento da pesca de pirarucus; 4) Realização de acordos para o estabelecimento, manutenção e consolidação de um sistema de zoneamento de pesca de pirarucus.



Manuella Rodrigues / Acervo CTI

3ª atividade: Identificação dos lagos e organização da vigilância

Na sequência, foi realizada a etapa de mapeamento participativo, que é parte do zoneamento, que contém a caracterização dos lagos, mapeamento dos conflitos e identificação dos diferentes usuários. Essa etapa já havia sido realizada em 2017 com o trabalho de etnomapeamento, portanto, agora seria necessário definir outros quesitos, como a definição da área de uso e estabelecer o acordo de uso coletivo.

Durante as discussões houve um acréscimo de 30 lagos em relação aos já mapeados em 2017 na região do médio Javari quando do primeiro estudo. Estes lagos não foram identificados na fase inicial devido à ausência, na época, de critérios claros das categorias de uso dentro de uma área de manejo de pesca. Assim, após as discussões em 2019, foram definidos o total de 60 lagos para serem manejados, considerando tanto o uso quanto o não uso de algumas áreas.

Após essas considerações e a delimitação dos lagos, os Matsés e os Kanamari utilizaram os mapas para categorizar os ambientes em **zonas de manutenção, comercialização e preservação**, de acordo com as exigências necessárias e atendendo aos critérios para um bom zoneamento e gestão dos recursos.

Para a gestão dos recursos pesqueiros foi decidido que a pesca nos lagos reservado como **manutenção** pode ser realizada por todos os moradores das aldeias, inclusive por aqueles que não aderiram ao acordo. E é permitido o uso de caniço, tarrafa, linha comprida, zagaia e malhadeira de fio de plástico ou náilon torcido e não deve ser permitida a pesca de batção, arrasto e com uso de venenos.

Ficou estabelecido que a vigilância destas áreas deve ser feita pelas comunidades situadas próximas aos ambientes manejados e que as equipes de vigilância serão formadas por, no mínimo, três pessoas em sistema de rodízio. Aos Matsés coube a vigilância e proteção de 23 lagos da região do baixo Curuçá e aos Kanamari a responsabilidade de 36 lagos do médio rio Javari.



Sebastião Mayuruna

4ª atividade: Pactuação do primeiro acordo de uso e funcionamento inicial do manejo de lagos

Vamos cuidar de nossos lagos para nossos filhos.

Agora temos que fazer um documento. Sem esse documento, para as autoridades parece que esse manejo é mentira.



Manuella Rodrigues / Acervo CTI

Depois de definidas as zonas de manejo e quais seriam de responsabilidade de cada povo, as lideranças, caciques, mulheres e velhos presentes na reunião decidiram registrar em um documento as decisões e pactuações combinadas por eles durante as atividades. Esse documento, que vem sendo chamado de **Acordo**, manteve algumas características mais formais, como o registro da definição de zoneamento, os acordos para a vigilância dos ambientes e para o monitoramento das atividades.

5ª atividade: Intercâmbio com o povo indígena manejador, Deni do rio Xeruã

Em novembro de 2019, o CTI, em parceria com a Associação do Povo Deni do Xeruã (ASPODEX) e a Operação Amazônia Nativa (OPAN), promoveu um intercâmbio dos Kanamari e Matsés da TI Vale do Javari junto ao povo Deni, visando a troca de conhecimentos e experiências de manejo sustentável de recursos pesqueiros.

Na TI Deni do Xeruã, o grupo visitante do Vale do Javari acompanhou a reunião de avaliação do manejo de pirarucu dos Deni, cujas ações são realizadas desde 2005. Apesar de diferentes características territoriais e ambientais, para os Matsés e Kanamari foi importante compreender os resultados das práticas de manejo, inclusive visitando os lagos e surpreendendo-se com a quantidade e tamanho dos peixes encontrados. Foi possível observar a maneira como os Deni se organizaram comunitariamente para a proteção dos lagos e para todas as demais etapas do manejo, e como eles integravam as práticas de manejo de pirarucu com outras ações de gestão ambiental, como a proteção dos tabuleiros de bichos de casco e o manejo de produtos florestais não madeireiros.



Ezequiel Mayoruna

Com o manejo a gente cuida dos nossos lagos, de nosso território e nossos peixes.

Depois se aprovar bem, nós mesmos vamos vender nossos peixes.

Não é agora não, depois vai ser acompanhado pela Funai e IBAMA.

Nós mesmos junto com a Funai e IBAMA vamos vender nossos peixes.

Mauro Kanamari, cacique da aldeia São Luis

Primeira vez que estamos entrando na área dos parentes Deni, onde eles fazem manejo do pirarucu, eles estão levando a gente para os lagos para ver como é o trabalho deles. Quem sabe um dia também vai dar certo no Vale do Javari.

André Mayoruna



Fontes de informação / Acervo CTI



BARBOSA, Saíde Pereira. Relatórios de consultoria da primeira e segunda viagem a Terra Indígena Vale do Javari- Plano de Manejo. 2019. CTI.

D'ÁVILA, Janekely Reis. Relatórios de acompanhamento pedagógico no rio Curuçá. 2008 e 2009. CTI.

GIL, Victor. Diagnóstico preliminar sobre o manejo de recursos pesqueiros no médio Javari e baixo Curuçá, TI Vale do Javari. 2019. CTI

MATOS, Beatriz Almeida. Relatório do I Curso de Formação Complementar de professores Kanamari. 2006. CTI.

_____. Relatório do I Curso de Formação Complementar de professores Mayoruna. 2005. CTI

_____. Relatório do II Curso de Formação Complementar de professores Mayoruna. 2006. CTI

NASCIMENTO, Hilton. Relatório do II Módulo Avançado da Escola Kanamari. 2008. CTI

_____. Relatório do Levantamento Participativo da Biodiversidade do Território Kanamari do médio rio Javari, Terra Indígena Vale do Javari. 2014. CTI

PERONDI, Bernardo Heurich. Relatórios de viagem às aldeias Mayoruna (Matsés) do médio Javari e Curuçá. 2008 e 2009. CTI.

_____. Relatório do III Curso de Formação Complementar de professores Matsés (Mayoruna). 2009. CTI

RODRIGUES, Manuella. Informes das atividades do manejo pesqueiro. 2019. CTI

SANTOS, Thiago D'ÁVILA, Janekely Reis. Relatório da Viagem de Atualização de Etnomaps no médio Javari e Baixo Curuçá. 2018. CTI

UNIVAJA. Diretrizes Prioritárias de gestão territorial e ambiental da Terra Indígena Vale do Javari. 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Kanamari e Matsés manejo pesqueiro nos rios Javari e Curuçá / [edição Maria Elisa Ladeira]. -- Brasília, DF : Centro de Trabalho Indigenista, 2021. -- (Série estudos socioambientais)

ISBN 978-65-992926-5-1

1. Cultura indígena 2. Índios Kanamari
3. Índios Matsés 4. Manejo florestal sustentável - Amazônia 5. Pesca 6. Sustentabilidade ambiental
7. Terra indígena - Vale do Javari (AM) I. Ladeira, Maria Elisa. II. Série.

21-7771

CDD-306.089981

Índices para catálogo sistemático:

1. Cultura Indígena brasileira 306.089981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Realização



Parceria



Apoio

